



ACÓRDÃO Nº1587/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11962/2022.**
- 2- **Assunto:** Embargos de Declaração.
- 3- **Embargante:** Walder Ribeiro da Costa.
- 4- **Advogado:** Ayanne Fernandes Silva - OAB/AM 10351, Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177, Adrimar Freitas de Siqueira Repolho - OAB/AM 8243 e Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos - OAB/AM 8446.
- 5- **Procurador de Contas Oficiante do Processo:** Dra. Evelyn Freire de Carvalho.
- 6- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Embargos de Declaração.

*Conhecimento. Não Provimento. Determinação.
Ciência. Arquivamento.*

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 7.1. **Conhecer** os Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Walder Ribeiro da Costa**, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Içá, em face do Parecer Prévio nº 35/2023 e do Acórdão nº 35/2023 – TCE – Tribunal Pleno, considerando que restou demonstrado o adimplemento de todos os requisitos de admissibilidade descritos nos arts. 145 e 148, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 7.2. **Negar Provimento** aos Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Walder Ribeiro da Costa**, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Içá, em face do Parecer Prévio nº 35/2023 e do Acórdão nº 35/2023 – TCE – Tribunal Pleno, conforme fundamentação do Voto;
- 7.3. **Determinar**, de ofício, a alteração do Parecer Prévio nº 35/2023 e o Acórdão nº 35/2023 – TCE – Tribunal Pleno, para adequá-los ao processamento indicado na Exposição de Motivos nº 2/2023/SECEx, aprovada pelo Tribunal Pleno, para que tenha a seguinte redação:
 - 7.3.1. Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a Aprovação com Ressalvas das Contas de Governo da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Içá, referentes



ACÓRDÃO Nº1587/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

ao exercício de 2021, sob a responsabilidade do **Sr. Walder Ribeiro da Costa**, Prefeito, nos termos do art. 1º, I, e do art. 58, “b”, ambos da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 11, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e aos arts. 40, I, e 127, caput e §2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas, em razão das impropriedades não sanadas relativas aos atos de governo não macularem as contas como um todo, conforme fundamentação do Voto;

7.3.2. Determinar o encaminhamento, após a sua devida publicação, do respectivo Parecer Prévio, acompanhado do Voto e de cópia integral deste Processo à Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá, para que, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127, da Constituição Estadual):

7.3.3. *O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte. Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídas na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal;*

7.3.4. Determinar à Secretaria de Controle Externo que adote as medidas necessárias para a autuação do processo de Fiscalização de Atos de Gestão – FAG, objetivando apurar os atos de gestão constantes dos itens 1 a 7, 16 a 23 (subitens 23.1 a 23.9), 24, 26, 32, 33 (subitens 33.1 a 33.9), 34, 35, 36 (subitens 36.1 a 36.4), 37 (subitens 37.1 a 37.6), 38 (subitens 38.1 a 38.3), 39 (subitens 39.1 a 39.3) e 40 (subitens 40.1 a 40.3), 41 (subitens 41.1 a 41.4), do Relatório/Voto nº 161/2023-GCARIMOUTINHO, a fim de gerar, após o devido processamento, a emissão de parecer prévio sobre as contas de gestão da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá, e de Acórdão, sobre os respectivos atos;



ACÓRDÃO Nº1587/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

7.3.5. Recomendar à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá que:

7.3.6. Cumpra com rigor os prazos de encaminhamento de todas as informações e documentos requeridos nas prestações de contas anuais, conforme normativos desta Corte de Contas;

7.3.7. Tome as devidas providências para o recebimento dos valores da Conta Demais Créditos e Valores em Curto Prazo, lançada no Balanço Patrimonial 2021;

7.3.8. Atente ao disposto no art. 20, III, “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal, no sentido de cumprir com o limite de gastos com Pessoal;

7.3.9. Determinar à próxima Comissão de Inspeção da DICAMI que observe se há reincidência nas restrições 27, 29, 30 e 31 da fundamentação do Voto;

7.4. **Dar ciência** ao embargante, **Sr. Walder Ribeiro da Costa**, por meio de seus representantes legais, acerca deste Relatório/Voto e do decisório superveniente;

7.5. **Arquivar** os autos, expirados os prazos legais.

8- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 1 de Agosto de 2023

10- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

11- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral